

gremio novorizontino x criciuma palpite

A Câmara dos Deputados do Brasil aprovou a lei de jogo do governo, que regula tanto as apostas esportivas quanto o cassino online. A aprovação da lei marca um dos obstáculos na longa jornada para regular o jogo online no Brasil, e a 10ª maior economia do país. A Lei 3.626/23 que substituirá a medida provisória (PM) que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva emitiu em julho foi alterada várias vezes a partir da conta que a relatora, Adolfo Viana, apresentou ontem. No entanto, o projeto ainda legaliza o cassino online e o jogo de apostas esportivas. Apostas em esportes de fantasia permanecerão ilegais. A medida isenou o funcionamento das novas regras. Viana apresenta projeto de lei agora vai para o Senado Federal, que tem 45 dias para comentar o projeto de Lei. Operadores estrangeiros impedidos de licenciar Ao contrário do PM, a lei proposta exclui empresas estrangeiras de oferecer jogos de azar regulamentados com sede e administração no país, desde que sejam capazes de operar. Não está claro se o quanto de uma barreira para operadores estrangeiros na prática. Pode ser o caso de que os operadores não possam entrar no país através de um escritório local ou outra subsidiária para cumprir os requisitos. Os operadores também precisarão ter um valor mínimo de capital de 237 milhões de reais, ser membro de corpo de integridade esportiva e passar uma série de outros requisitos técnicos. As empresas terão que pagar 18% de imposto de receita. Os 18% impostos sobre o valor de mercado. Os comentaristas destacaram que isso aumenta para 31-34% uma vez que as despesas adicionais são contabilizadas. No entanto, as percentagens da receita de jogos que foram alocadas para as despesas foram alteradas do que Viana propôs ontem. Agora 2%, em oposição a 10% da renda, e o previsto inicialmente é social. Enquanto isso, 1,82% das despesas...